

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI**



Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI: os primeiros passos para uma construção coletiva

**INSTITUTO FEDERAL
AMAZONAS**

**Comissão Central do PPPI
Maio/2016**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI

INTRODUÇÃO

Consoante à compreensão do MEC/CONAES (2006), o **Projeto Político-Pedagógico Institucional – PPPI** é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteará as práticas pedagógicas das Instituições de Ensino, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão, objetivos e metas. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Em sua fundamentação, o **PPPI** deve expressar uma visão de mundo contemporâneo e do papel da educação em face da nova conjuntura globalizada e tecnológica, ao mesmo tempo em que deve explicitar, de modo abrangente, o papel da Instituição e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão como componentes essenciais à formação crítica do cidadão e do futuro profissional, na busca da articulação entre o real e o desejável.

Entende-se que o **PPPI** cumpre sua função política ao trazer informações e orientações relevantes e norteadoras do planejamento e da avaliação das ações, por meio de uma metodologia participativa de construção e execução das propostas, o que garante legitimidade ao processo e, conseqüentemente, ao documento final.

É importante destacar que o **PPPI** aborda questões que dizem respeito ao Instituto como um todo. Desse modo, orienta as diretrizes, políticas, programas e projetos que visam o desenvolvimento pedagógico institucional, bem como a construção do **Projeto Político Pedagógico (PPP)** de cada campus, o qual retrata as questões de natureza específica de cada contexto.

No sentido etimológico da palavra, o termo projeto vem do latim *projectu*, particípio passado do verbo *projicere*, que significa lançar para diante. Plano, intento, desígnio [...] (FERREIRA, 1975, p.1.144). O **Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI)** está ancorado no **Plano de Desenvolvimento Institucional instituído – PDI** pelo Decreto nº 5.773/2006, inciso II do Artigo 16, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

A complexidade do processo dá-se pela diversidade de concepções, de práticas que requerem o trato político no consenso da maioria, desde que estejam em sintonia com a função social da instituição.

Nessa perspectiva, como primeiro passo para essa construção, foi nomeada pela **Portaria (?)** a Comissão Geral para condução desse processo.

UM POSSÍVEL ROTEIRO METODOLÓGICO PARA DESENCADear E SUSTENTAR UM PROCESSO DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

1. Definição da comissão interlocutora de cada *Campus*: principal instância responsável pela mobilização dos servidores e estudantes para participação nas discussões, proposições e sistematização das propostas.
2. Preparação: o objetivo dessa etapa é promover a análise dos pontos básicos de um processo científico e participativo, a fim de que cresça a motivação para o planejamento e para que se possibilite a eficiência nas etapas seguinte. Isso pode ser feito através de palestras somadas ao estudo de temas pertinentes ao processo, como por exemplo: referência para a elaboração do PPPI, planejamento participativo, dimensões e marcos do PPPI e o grupo considerar necessário.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI

3. Elaboração do marco referencial: é o comprometimento da instituição com uma realidade mais ampla e se projeta como portadora de uma proposta sócio-política. Propõe-se como realizadora de um processo técnico específicos de seu campo de ação, com vistas a ser parte na concepção de sua proposta. Dá-se em três etapas:

a) Elaboração do marco situacional:

Ponto de partida: explicita os problemas e as necessidades (algo que vai mal, que nos causa incômodo, perturbação). Tem a ver com o passado da instituição, os desafios preliminares da realidade global)

- Levantamento de dados sobre a instituição e sobre a a realidade do País, Estado e Município;
- Análise dos dados – diagnóstico – evidenciando os problemas, os conceitos e as contradições presentes na prática escolar e suas relações com a realidade social.

Perguntas que orientam o marco situacional:

1. Que aspectos da situação global (sócio – econômico – político – cultural – educativa...) chamam a atenção, hoje, no Brasil e na América Latina?
2. Cite e comente algum ponto positivo e algum ponto negativo na situação global do mundo hoje.
3. Dentre as tendências da sociedade, hoje, quais as que mais chamam a atenção?
4. Quais os valores preferenciais na sociedade hoje? Como eles se manifestam?
5. Quais os desafios do IFAM nesse contexto?

As perguntas visam um marco situacional amplo. Isso é importante porque vai colocar os participantes na dimensão do todo, evitando que se pense apenas em educação, necessário para entender a transformação do específico.

b) Elaboração do marco conceitual/doutrinário/filosófico

- Expressa uma utopia social e educacional;
- Explicita de forma clara e objetiva os fundamentos teóricos: concepção de sociedade, homem, educação, conhecimento, ensino-aprendizagem, avaliação, cidadão, cidadania, cultura, tecnologia Concepção de gestão democrática. Concepção curricular.

Perguntas que orientam o marco conceitual/doutrinário/filosófico:

1. Qual é o modelo de sociedade que deve servir de rumo a nossos passos?
2. Que visão de homem deve fundamentar nossas opções sobre o próprio homem e sobre a sociedade?
3. Em que se fundamenta um ideal de sociedade participativa, democrática e justa?
4. Que valores devem estar presentes nessa sociedade?
5. Que postura esperamos do homem diante da sociedade?
6. O que significa o homem ser sujeito da história?
7. O que motiva o ser humano a ser um agente transformador?



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI

c) Marco Operacional

- Define as grandes linhas de ação e a organização do trabalho pedagógico, na perspectiva administrativa, pedagógica, financeira e político educacional.
- É guiado pelos fundamentos teóricos (marco conceitual/doutrinário/filosófico).

Perguntas que orientam o marco operativo:

1. O que significa educação libertadora? Em que está baseada?
2. Que tipo de pedagogia se adapta a uma escola que pretende uma ação transformadora?
3. O que caracteriza a escola democrática, aberta e participativa?
4. Como se relaciona a instituição com o processo transformador da sociedade? Que alianças faremos? Como aumentar e como diminuir nossa força?
5. Que princípios devem orientar nossa prática pedagógica?
6. Em que consiste o educar-se e em consequência, qual é o ideal para nossa prática educativa?
7. O que é qualidade de ensino?
8. Que diretrizes propomos para o sucesso do aluno?

Todas as questões apresentadas são apenas exemplos. Os grupos de trabalho podem criar suas próprias questões e temas.

4. Operacionalização

- a) Um começo simples é distribuir aos participantes um conjunto de questões, cujas respostas dadas individualmente, por eles, em folhas separadas, uma para cada questão, trazem material para a elaboração do marco referencial.
- b) As perguntas devem ser em quantidades suficientes para permitir, aos participantes, a escolha de temas que mais lhe interessam. Deve-se pedir aos participantes que respondam uma ou duas (mais até) perguntas de cada bloco.
- c) Recolhidas as respostas pessoais, há dois caminhos principais para reunir o material: já em forma de texto, como primeira versão do marco referencial: o trabalho dos participantes em pequenos grupos ou de uma equipe de redação que deve reunir as ideias em um texto. Quer seja um ou outra forma, necessário se faz a multiplicação do texto para todos para que seja debatido no plenário.
- d) No plenário, os textos são lidos. Não debatidos, apenas lidos. Permite-se pergunta para esclarecer o que se quer dizer. Os participantes, durante a leitura, anotam suas observações (o que percebem como contraditório, o que concordam ou não...)
- e) A avaliação é o passo seguinte. Organizam-se pequenos grupos, de preferência sete ou oito pessoas que avaliam os textos, dizendo o que está bem, o que está mal justificando seu juízo .
- f) Em plenário, novamente, apresenta-se as novas redações para discussões, que devem ser reencaminhadas para a equipe de redação ou aos grupos para reescrita.
- g) Deve ser avaliado e reescrito até se chegar ao ideal, o que deve gerar uma minuta para apreciação da comunidade como um todo. Pode ser publicada no site institucional.
- h) Finalizado o prazo para apreciação da comunidade, volta-se para nova revisão e reescrita.
- i) Após o formato final, deve ser encaminhado para análise e parecer pelo CONSEPE, em seguida para aprovação pelo CONSUP.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI

5. Documento final

Há inúmeros tipos ou exemplos de PPPI elaborados e socializados pelas Universidades Públicas e pelos Institutos Federais.

Para fins de estruturação do documento final, apresentamos a seguir as propostas dos Institutos Federais do Rio Grande do Norte (IFRN) e do Instituto Federal Catarinense (IFC) para exemplificação:

- **PROPOSTA DO IFRN)**

SUMÁRIO

PREFÁCIO

1 INTRODUÇÃO

2 IDENTIDADE E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1 ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL E PERFIL IDENTITÁRIO

2.1.1 Função social

2.1.2 Princípios

2.1.3 Características e finalidades

2.1.4 Objetivos

2.2 AS MARCAS NO TEMPO: O IFAM TECENDO A SUA HISTÓRIA

2.3 UMA INSTITUIÇÃO EM EXPANSÃO E COMPROMETIDA COM O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

3 CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

3.1 CONCEPÇÃO INSTITUCIONAL DE SER HUMANO, SOCIEDADE, CULTURA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TRABALHO E EDUCAÇÃO

3.1.1 Concepção de ser humano

3.1.2 Concepção de sociedade

3.1.3 Concepção de cultura

3.1.4 Concepção de ciência

3.1.5 Concepção de tecnologia

3.1.6 Concepção de trabalho

3.1.7 Concepção de educação

3.2 CONCEPÇÃO DE CURRÍCULO INTEGRADO

3.2.1 Fundamentos do currículo integrado

3.2.2 Princípios do currículo integrado

3.3 CONCEPÇÃO DE GESTÃO EDUCACIONAL

3.4 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.4.1 A pesquisa como princípio pedagógico

3.4.2 O trabalho como princípio educativo

3.4.3 O respeito à diversidade

3.4.4 A interdisciplinaridade

3.5 DIRETRIZES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

3.5.1 O planejamento pedagógico

3.5.1.1 O planejamento coletivo na prática pedagógica

3.5.1.2 O planejamento e seus elementos constitutivos



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI**

- 3.5.2 A avaliação da aprendizagem
- 3.5.3 Os projetos integradores
 - 3.5.3.1 Concepção de projeto integrador
 - 3.5.3.2 Objetivos dos projetos integradores
 - 3.5.3.3 Aspectos metodológicos dos projetos integradores
- 3.5.4 A prática profissional
 - 3.5.4.1 A prática profissional como componente curricular
 - 3.5.4.2 O estágio supervisionado (na formação técnica e na formação docente)
 - 3.5.4.3 Outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais
- 3.5.5 O trabalho de conclusão de curso
- 3.5.6 As atividades complementares
- 3.5.7 Os perfis esperados do professor e do aluno
- 4 POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS
 - 4.1 A INDISSOCIABILIDADE COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DAS POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS
 - 4.2 POLÍTICA DE ENSINO
 - 4.2.1 A atuação no ensino
 - 4.2.2 O processo de revisão das ofertas educacionais
 - 4.3 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO
 - 4.3.1 Concepção da educação profissional técnica de nível médio
 - 4.3.2 Princípios orientadores da educação profissional técnica de nível médio
 - 4.3.3 Diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio
 - 4.3.3.1 Diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada (regular) 1
 - 4.3.3.2 Diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA
 - 4.3.3.3 Diretrizes e indicadores metodológicos para os cursos técnicos de nível médio na forma subsequente
 - 4.4 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO
 - 4.4.1 Concepção da educação superior de graduação
 - 4.4.2 Os cursos superiores de tecnologia ou de graduação tecnológica
 - 4.4.2.1 Princípios orientadores dos cursos de graduação tecnológica
 - 4.4.2.2 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos superiores de tecnologia ou graduação tecnológica
 - 4.4.3 Os cursos de engenharia
 - 4.4.3.1 Princípios orientadores e características dos cursos de engenharia
 - 4.4.3.2 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos de engenharia
 - 4.4.4 A formação de professores
 - 4.4.4.1 Dimensões da formação profissional docente
 - 4.4.4.2 Formação profissional para a docência
 - 4.4.4.3 Princípios orientadores da formação de professores
 - 4.4.4.4 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos de licenciatura em educação básica
 - 4.4.4.5 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos de licenciatura em educação básica, na forma de segunda licenciatura
 - 4.4.4.6 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos de licenciatura em educação profissional



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI**

- 4.5 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE PÓS-GRADUAÇÃO
 - 4.5.1 Concepção e princípios da educação superior de pós-graduação
 - 4.5.2 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos de pós-graduação lato sensu
 - 4.5.3 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos e programas de pós-graduação stricto sensu
- 4.6 POLÍTICA DE FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA OU QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL
 - 4.6.1 Concepção da formação inicial e continuada
 - 4.6.2 Objetivos da formação inicial e continuada
 - 4.6.3 Princípios orientadores da formação inicial e continuada
 - 4.6.4 Os cursos de formação inicial e continuada
 - 4.6.5 Os programas de qualificação profissional
 - 4.6.5.1 O PROEJA FIC Fundamental
 - 4.6.5.2 O programa de iniciação tecnológica e cidadania (ProITEC)
 - 4.6.5.3 O programa Mulheres Mil
 - 4.6.6 Diretrizes e indicadores metodológicos da formação inicial e continuada
 - 4.6.6.1 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos FIC
 - 4.6.6.2 Diretrizes e indicadores metodológicos dos cursos PROEJA FIC Fundamental
- 4.7 POLÍTICA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL
 - 4.7.1 Princípios orientadores da certificação profissional
 - 4.7.2 Diretrizes e indicadores metodológicos da certificação profissional
- 4.8 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
 - 4.8.1 Concepção de educação a distância
 - 4.8.2 Princípios orientadores para a educação a distância
 - 4.8.3 Objetivos da educação a distância
 - 4.8.4 Características do projeto pedagógico para educação a distância
 - 4.8.5 Diretrizes e indicadores metodológicos para a educação a distância
- 4.9 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
 - 4.9.1 Concepção de educação inclusiva
 - 4.9.2 Princípios orientadores de educação inclusiva
 - 4.9.3 Diretrizes e indicadores metodológicos de educação inclusiva
- 4.10 POLÍTICA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
 - 4.10.1 Concepção de pesquisa
 - 4.10.2 Princípios orientadores da pesquisa
 - 4.10.3 Diretrizes e indicadores metodológicos da pesquisa
- 4.11 POLÍTICA DE EXTENSÃO E INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE
 - 4.11.1 Concepção de extensão
 - 4.11.2 Princípios orientadores de extensão e interação com a sociedade
 - 4.11.3 Diretrizes e indicadores metodológicos de extensão e interação com a sociedade
- 4.12 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
 - 4.12.1 Concepção de assistência estudantil
 - 4.12.2 Princípios orientadores de assistência estudantil
 - 4.12.3 Diretrizes e indicadores metodológicos de assistência estudantil
- 4.13 POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL SERVIDORES
 - 4.13.1 Concepção de formação continuada e desenvolvimento profissional
 - 4.13.2 Princípios orientadores de formação continuada e desenvolvimento profissional



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI**

4.13.3 Diretrizes e indicadores metodológicos de formação continuada e desenvolvimento profissional

5 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

5.1 CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO DO PPPI

5.2 ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO PROCESSO

5.3 DIRETRIZES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO

5.4 O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE AVALIAÇÃO

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

APÊNDICE A – Diagnóstico: contexto atual e desafios

APÊNDICE B – Marco legal para as ofertas educacionais

APÊNDICE C – Matriz de análise para avaliação do PPPI

• **PROPOSTA DO IFC**

1 INTRODUÇÃO

1.1 Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil

1.2 Importância da Educação Profissional e Tecnológica no Contexto Atual

1.3 Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

1.4 Concepção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

2 GENESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

2.1 O Estado de Santa Catarina e suas Potencialidades Socioeconômicas

2.2 Caracterização dos campi

2.2.1 Campus Araquari

2.2.2 Campus Camboriú

2.2.3 Campus Concórdia

2.2.4 Campus Rio do Sul

2.2.5 Campus de Sombrio

2.2.6 Campus Videira

3 ENFOQUES ORIENTADORES

3.1 Missão

3.2 Visão Institucional

3.3 Princípios e valores

3.4 Concepções pedagógicas

3.5 Responsabilidade Social do Instituto Federal Catarinense

3.5.1 Nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão

3.5.2 Programas de Inclusão Social, Ação Afirmativa e Inclusão Digital

3.5.3 Relações com o Setor Público, o Setor Produtivo e o Mundo do Trabalho

4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

4.1 Política de Ensino

4.1.1 Níveis e modalidades de ensino

4.1.1.1 Formação inicial e continuada de trabalhadores

4.1.1.2 Educação Profissional Técnica em Nível Médio

4.1.1.3 Educação Profissional Tecnológica de Graduação



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
COMISSÃO CENTRAL DO PPPI**

- 4.1.1.4 Licenciaturas
 - 4.1.1.5 Cursos de Bacharelado e Engenharia
 - 4.1.1.6 Cursos de Pós-Graduação
 - 4.1.1.7 Educação a Distância
 - 4.2 Políticas de Pesquisa
 - 4.3 Política de Extensão
 - 4.3.1 Integração com a Comunidade
 - 4.3.2 Articulação com Setores Socioeconômicos
 - 4.4 Políticas de Gestão
 - 4.4.1 Política de Qualificação de Servidores Docentes e Técnico-Administrativos
 - 4.4.2 Avaliação e Planejamento Institucional
 - 4.4.3 Políticas de Gestão Ambiental
- REFERÊNCIAS

6. Sugestão de Operacionalização das Ações por Grupos de Trabalho - GTs

- **Grupo 1** - História;
- **Grupo 2** - Missão, Função, Valores, Princípios e Perfil do Egresso;
- **Grupo 3** - Princípios Pedagógicos Fundantes da Instituição - Ensino, Pesquisa e Extensão;
- **Grupo 4** - Formação Profissional - Graduação (bacharelado e licenciatura) e pós-graduação;
- **Grupo 5** - Avaliação e Indicadores;
- **Grupo 6** -Desenvolvimento Profissional: docentes e técnicos-administrativos (carreira, condições de trabalho e formação profissional);
- **Grupo 7** - Gestão Institucional Democrática e Participativa.

7. Documentos de Referências

- Lei 11.892 29/12/2008
- Decreto 5.773/2006
- TAM
- Decreto 5.154/2004
- BRASIL. MEC. Conferência Nacional de Educação 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação. O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Base. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf.
- PDI 2014-2018